



OS PODERES PERIFÉRICOS E O IMPÉRIO: ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA E A POLÍTICA FISCAL NO BRASIL - 1765-1831

ANDRE LUIS DA ROCHA MARQUES (Autor), DAIANE DE SOUZA ALVES (Autor), CLAUDIA MARIA DAS GRACAS CHAVES (Orientador)

Esta pesquisa tratou da história institucional e fiscal do Brasil através dos processos de reformulação político-fiscais iniciados em 1765 e mantidos, no plano estrutural, até 1831. Foram analisados os impactos sociais, econômicos, políticos e administrativos ligados ao estabelecimento das chamadas Juntas de Administração e Arrecadação da Real Fazenda (JAARF); instituições que de sobremaneira representaram os esforços políticos metropolitanos de modernizar as finanças e a coleta de tributos do Império. No ambiente colonial, as JAARF tiveram significativa relevância no processo de formação de relações de poder na zona mineradora, assim como incidiram nas relações entre elites locais e poder metropolitano. O impulso modernizador irrompido pelo Império através do estabelecimento das JAARF respondia a uma premissa administrativa moderna que pensou a gestão das finanças do Império alinhada ao controle militar do território, assim sendo, os recursos advindos da coleta de tributos foram aplicados também para o provimento de tropas e pagamentos dos serviços por essas prestados, pois, já se compreendia as fronteiras enquanto componentes fundamentais para a política moderna de estado.

Instituição de Ensino: Universidade Federal de Ouro Preto